

Preservação cultural em Brasília: entre a relevância do Plano Piloto e a valorização do patrimônio em Cidades Satélites

Cultural preservation in Brasilia: between the relevance of the Plano Piloto and the valorization of heritage in Satellite Towns

Preservación cultural en Brasilia: entre la relevancia del Plano Piloto y la valorización del patrimonio en las Ciudades Satélites

Daniela Pereira Barbosa 

Universidade de Brasília; Instituto de Artes;
Departamento de Design.
Brasília (DF), Brasil.
barbosa.dnl@gmail.com

CRediT

Contribuição de autoria: Concepção; Curadoria de dados; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição: BARBOSA, D. P.

Conflitos de interesse: A autora certifica que não há conflito de interesse.

Financiamento: Nenhum.

Aprovação de ética: Não se aplica.

Uso de I.A.: A autora certifica que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do trabalho.

Editores responsáveis: Daniel Sant'Ana (Editor-Chefe); Carlos Henrique de Lima (Editor Associado); Maria Fernanda Derntl (Editora Associada); Elane Ribeiro Peixoto (Editora Associada); Ana Elisabete Medeiros (Editora Associada); Irina A. Oliveira (Assistente Editorial); Sarah A. B. Vencio (Assistente Editorial).

Resumo

Este artigo examina o processo de preservação do patrimônio cultural em Brasília, destacando questões centrais e marcos relevantes na temática. A análise aborda tanto o Plano Piloto, núcleo central e valorizado da cidade, quanto os núcleos satélites localizados em sua periferia. Inicialmente, são analisados os debates em torno de normativas de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), área delimitada pelo Plano Piloto e seu entorno imediato. O CUB é protegido em três esferas: local pelo Governo do Distrito Federal, mundial pela UNESCO (1987) e federal pelo IPHAN. Esse processo evidenciou a relevância do projeto original de Lucio Costa nas definições relacionadas à preservação da cidade. No entanto, o patrimônio cultural de Brasília vai além do Plano Piloto e inclui construções centenárias em Planaltina, edificações em madeira da época da construção da cidade e infraestrutura urbana dos núcleos satélites de Taguatinga e de Ceilândia. Esses tombamentos ocorreram paralelamente ao desenvolvimento de Brasília, ampliando o debate sobre seu patrimônio. A análise conclui destacando como o discurso que valorizou esse patrimônio periférico buscou incluir sua representação na consolidação da monumentalidade e representatividade da capital brasileira.

Palavras-chave: Brasília; Patrimônio cultural; Preservação; Cidades-satélites.

Abstract

This article examines the process of preserving cultural heritage in Brasilia, highlighting key issues and milestones in this area. The analysis covers both the called Plano Piloto, the city's central and valued core, and the satellite centers located on its outskirts. Initially, the debates surrounding the preservation regulations for the Brasilia core, an area delimited by the Plano Piloto and its immediate surroundings, are analyzed. This area, listed in 1987, is protected in three spheres: locally by the Federal District Government, worldwide by UNESCO and federally by IPHAN. This process highlighted the importance of Lucio Costa's original project in the definitions related to the preservation of the city. However, Brasilia's cultural heritage goes beyond its Plano Piloto and includes century-old buildings in Planaltina, wooden buildings from the time the city was built and the urban infrastructure of the satellite centers of Taguatinga and Ceilândia. These listings took place in parallel with the development of Brasilia, broadening the debate about its heritage. The analysis concludes by highlighting how the discourse that valued this peripheral heritage sought to include its own representation in the consolidation of the monumentality and representativeness of the Brazilian capital.

Keywords: Brasilia; Cultural heritage; Preservation; Satellite towns.

Resumen

Este artículo examina el proceso de conservación del patrimonio cultural en Brasilia, destacando las cuestiones clave y los hitos en este ámbito. El análisis abarca tanto el llamado Plano Piloto, núcleo central y valorizado de la ciudad, como los centros satélites situados en su periferia. Inicialmente, se analizan los debates en torno a la normativa de preservación del núcleo de Brasilia, zona delimitada por el Plano Piloto y su entorno inmediato. Esta área, inscrita en 1987, está protegida en tres ámbitos: localmente por el Gobierno del Distrito Federal, mundialmente por la UNESCO y federalmente por el IPHAN. Este proceso puso de relieve la importancia del proyecto original de Lucio Costa en las definiciones relacionadas con la preservación de la ciudad. Sin embargo, el patrimonio cultural de Brasilia va más allá de su Plano Piloto e incluye edificios centenarios en Planaltina, construcciones de madera de la época en que se construyó la ciudad y la infraestructura urbana de los centros satélites de Taguatinga y Ceilândia. Estas catalogaciones se produjeron en paralelo al desarrollo de Brasilia, ampliando el debate sobre su patrimonio. El análisis concluye destacando cómo el discurso que valorizaba este patrimonio periférico buscaba incluir su propia representación en la consolidación de la monumentalidad y representatividad de la capital brasileña.

Palabras clave: Brasilia; Patrimonio cultural; Preservación; Ciudades satélite.

1 Introdução

Brasília, a capital brasileira inaugurada em 1960, é reconhecida como um patrimônio cultural tanto pelo governo local quanto pelo governo federal. Além disso, está incluída na lista de sítios do patrimônio mundial da UNESCO. A área alçada a patrimônio mundial, em 1987, conhecida como Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), abrange aproximadamente 112 km² e engloba o Plano Piloto e suas imediações, uma região privilegiada e economicamente mais próspera do que a maior parte do Distrito Federal.

O Plano Piloto de Brasília é uma área delimitada da cidade que se origina parcialmente do projeto de Lucio Costa, vencedor do concurso para a nova capital em 1957. Vale salientar que enquanto o termo “Plano Piloto” se refere a essa área específica, o “plano-piloto” está relacionado ao plano-diretor ou ao projeto original da cidade. A proposta para a preservação de Brasília em 1987 procurou harmonizar ambos os conceitos, buscando delimitar um território com base no projeto inicial da cidade. Em linhas gerais, o reconhecimento de Brasília como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO mobiliza determinados valores, entre os quais destaca-se

[...] a concepção da cidade como uma realização artística singular, uma criação primordial do gênio humano representando, em escala urbana, a expressão viva dos princípios e ideais do Movimento Modernista e efetivamente encarnados nos trópicos por meio de projetos urbano e arquitetônico de autoria de Lucio Costa e Oscar Niemeyer.¹ (UNESCO, [1987?])

A descrição da UNESCO, em suma, reconhece uma excepcionalidade de Brasília na representação do modernismo e destaca o protagonismo de seus principais autores.

A preservação de Brasília resultou em uma série de normativas, e a discussão em torno do sistema de proteção da área tombada é fundamental para compreender esse patrimônio. Além disso, as implicações socioeconômicas do tombamento são um tema frequente de debate, nos quais diversos autores analisam as dinâmicas entre a área tombada e os demais núcleos do Distrito Federal.

No entanto, é importante ressaltar que a capital do Brasil possui um repertório patrimonial muito mais abrangente, para além do Plano Piloto (Figura 1). Ao longo de sua construção e desenvolvimento, uma variedade de bens arquitetônicos de diferentes períodos e representações socioculturais foram objeto de tombamento. O primeiro tombamento desta série, em 1959, em nível federal, foi o da residência oficial conhecida como Catetinho (IPHAN, 1991), e os demais ocorreram entre 1982 e 2014, na esfera local. Em 1982, foram tombados o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (Distrito Federal, 1982a), a Igreja São Sebastião de Planaltina (Distrito Federal, 1982b) e a Pedra Fundamental de Planaltina (Distrito Federal, 1982c). Em seguida, vieram os tombamentos do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO em 1985 (Distrito Federal, 1985); da Vila Planalto em 1988 (Distrito Federal, 1988); do Relógio de Taguatinga, em 1989 (Distrito Federal, 1989); da Igreja São Geraldo no Paranoá, em 1993 (Distrito Federal, 1993); do Centro de Ensino Metropolitana, em 1995 (Distrito Federal, 1995); da Igreja São José

¹ Traduzido do original: “Brasilia is a singular artistic achievement, a prime creation of the human genius, representing, on an urban scale, the living expression of the principles and ideals advanced by the Modernist Movement and effectively embodied in the Tropics through the urban and architectural planning of Lucio Costa and Oscar Niemeyer.”

Operário na Candangolândia, em 1998 (Distrito Federal, 1998); da Casa da Fazenda Gama, em 2006 (Distrito Federal, 2006); da Caixa d'Água da Ceilândia, em 2013 (Distrito Federal, 2013); e, por fim, do Centro de Ensino Médio – EIT/CEMEIT e Centro Cultural Teatro da Praça de Taguatinga (originalmente denominada Escola Industrial de Taguatinga – EIT, nomenclatura aqui adotada), em 2014 (Distrito Federal, 2014).

Esses bens tombados compreendem equipamentos públicos de assistência à educação, à saúde e à religião, assim como elementos da infraestrutura urbana e um marco comemorativo anterior à construção de Brasília, que é a Pedra Fundamental de Planaltina. Para além desses bens localizados além dos limites do Plano Piloto, tombados individualmente, houve em 1988 o tombamento de todo o conjunto urbano da Vila Planalto (Distrito Federal, 1988), um anterior acampamento de obras localizado dentro dos limites do CUB.

Figura 1: Bens tombados no Distrito Federal.



1. Catetinho
2. Museu Histórico e Artístico de Planaltina
3. Igreja São Sebastião de Planaltina
4. Pedra Fundamental de Planaltina
5. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO
6. Relógio de Taguatinga
7. Igreja São Geraldo no Paranoá
8. Centro de Ensino Metropolitana
9. Igreja São José Operário na Candangolândia
10. Casa da Fazenda Gama
11. Caixa d'Água da Ceilândia
12. Centro de Ensino Médio – EIT/CEMEIT e Centro Cultural Teatro da Praça de Taguatinga

Fonte: Montagem elaborada por Daniela Barbosa, 2021.

O objetivo deste artigo é analisar e discutir os desafios e dilemas relacionados à preservação de Brasília enquanto patrimônio cultural. A análise nos possibilita avaliar a influência significativa do projeto original de Lucio Costa nas definições de políticas de preservação adotadas para a cidade. Essa abordagem nos conduz a uma compreensão mais abrangente do processo de preservação no Distrito Federal, que engloba não apenas a área reconhecida como patrimônio mundial, mas também outras referências históricas e culturais como alvo de valorização e proteção.

2 Brasília tombada: as normativas e a perspectiva socioeconômica em debate

O reconhecimento de Brasília como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1987 foi precedido pela elaboração de uma legislação no mesmo ano para proteção da cidade pelo Distrito Federal, o Decreto nº 10.829.² Posteriormente, em 1990, o Conjunto Urbanístico de Brasília foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na época denominado Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC)³. A legislação de tombamento federal passou por revisões em 1992⁴, em 2016⁵ e em 2018⁶.

O decreto que instituiu a proteção de Brasília pelo Governo do Distrito Federal em 1987 embasou tanto a inscrição na lista de Patrimônio Mundial pela UNESCO quanto o tombamento federal pelo IPHAN. O modo como a preservação de Brasília está consubstanciada pela legislação se estrutura na manutenção de características essenciais por zonas da cidade, as escalas urbanísticas – *monumental, residencial, gregária e bucólica*.

Segundo o IPHAN (2007), a escala monumental representa Brasília como capital do país e é reservada para edifícios públicos importantes para a república, como o Congresso Nacional e demais sedes do governo. A escala residencial, por sua vez, faz referência ao principal modo de habitação derivado do plano-piloto de Lucio Costa vencedor do concurso de 1957, as superquadras, e é caracterizada por Unidades de Vizinhança. Já a escala gregária consiste na interseção entre as anteriores e é o centro do núcleo urbano, abrigando os setores comercial, hoteleiro, bancário e a Rodoviária do Plano Piloto. Por fim, a escala bucólica contorna todas as demais e é composta por uma área predominantemente arborizada e de urbanização dispersa. A formulação das escalas urbanísticas como meio de preservação de Brasília é resultante de proposta redigida pelo arquiteto Ítalo Campofiorito em 1987, com anuência de Lucio Costa. As escalas foram formuladas graficamente (Figura 2), compondo o Decreto nº 10.829, de 1987.

O atributo mais original da preservação por escalas advém do fato de o tombamento não incidir sobre edificações isoladas, mas, sim, na perspectiva da manutenção de características pré-determinadas por área. Essa particularidade, conforme José Pessoa (2003), resulta em uma inovação na questão da preservação de sítios modernos e é entendida pelo autor como o “tombamento de uma ideia” (PESSÔA, 2003). A ideia a que se refere o autor é a de conservar a essência do plano original de Lucio Costa, e o tombamento seria a única maneira de assegurar às gerações futuras a oportunidade de conhecer Brasília tal qual foi concebida. Pessoa (2003) entende a preservação por escalas

² Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987.

³ Portaria nº 04, de 14 de março de 1990.

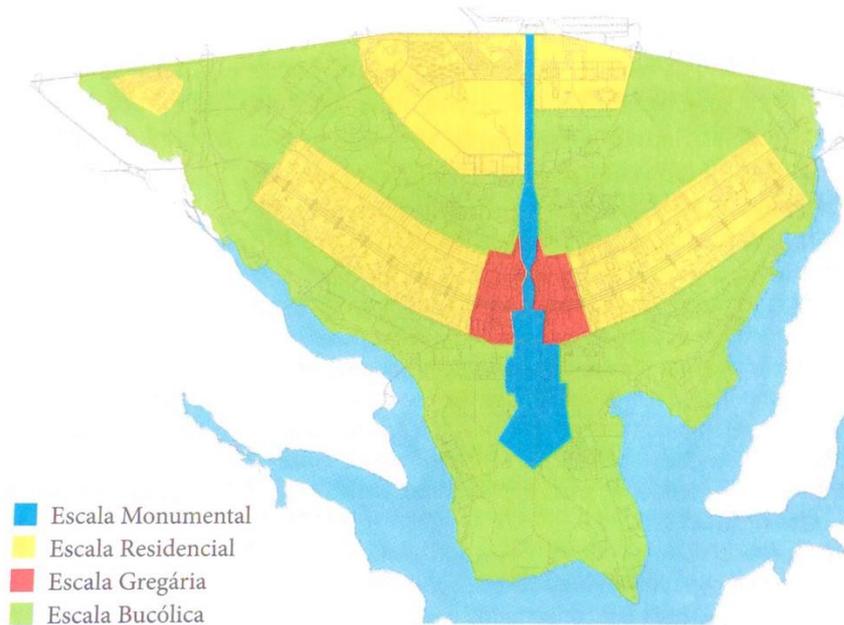
⁴ Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992.

⁵ Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016.

⁶ Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018.

como uma forma de permitir o desenvolvimento da cidade por esquivar-se de impedimentos característicos do tombamento clássico.

Figura 2: Escalas de Brasília predominantes por área, em 1987.



Fonte: Adaptado pela autora a partir de IPHAN (2007, p. 32).

A relação entre o CUB tombado e o projeto proveniente do relatório do plano-piloto de Brasília elaborado por Lucio Costa representa um importante debate na bibliografia. Se Thiago Perpétuo (2015) busca compreender quais elementos do tombamento se referem ao projeto de 1957 e quais se relacionam à cidade efetivamente construída, Pessôa (2003), conforme já vimos, reconhece na preservação pelas quatro escalas uma tradução da concepção original de Brasília. Em um debate análogo, autores como Sandra Ribeiro (2005), Carlos Reis (2018) e Sylvia Ficher (2018) questionam indefinições e lacunas entre a representação conceitual da área tombada e o objeto efetivamente protegido.

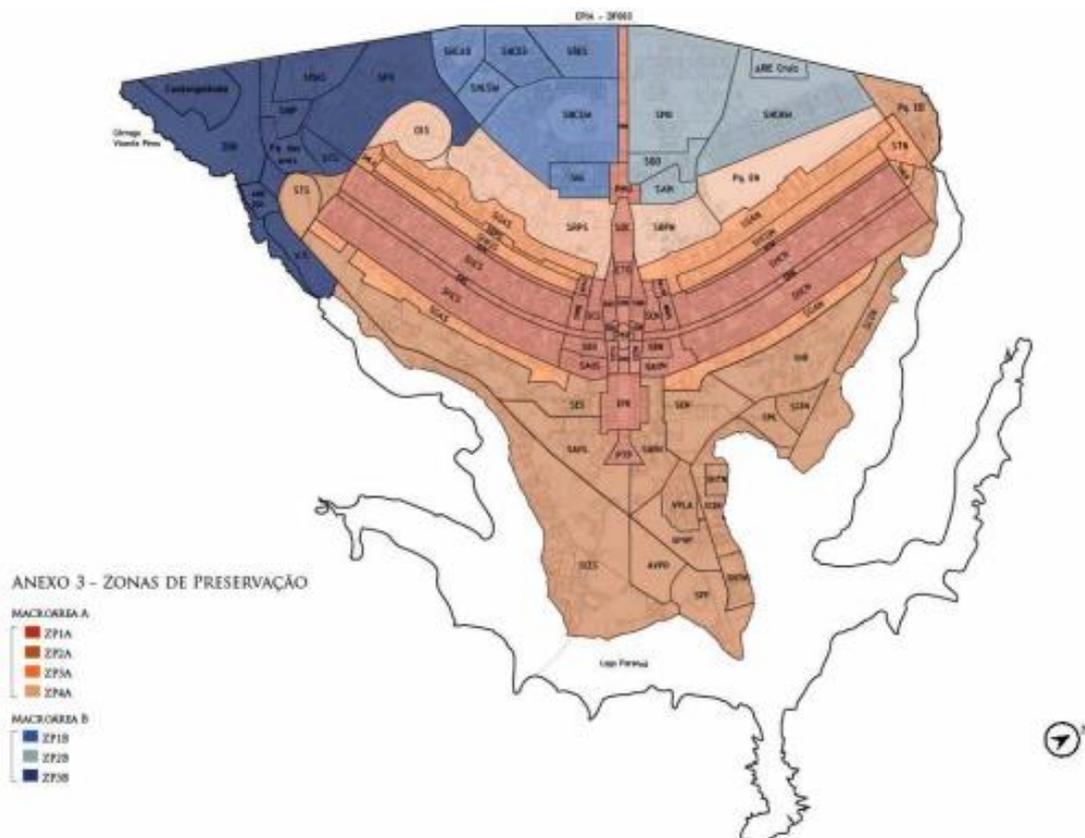
Ficher (2018) aponta que “nada ficou estabelecido para o restante da área tombada [além do Plano Piloto], na qual se encontram bairros de diferentes temporalidades e estágios de consolidação” (2018, p. 280). Além disso, a Vila Planalto, núcleo derivado de acampamentos de obras, está inserida na escala bucólica, apesar de ser predominantemente residencial. Essas questões levaram Perpétuo (2015) a concluir que a definição de critérios de proteção da Portaria nº 314 de 1992 intencionou encaixar a cidade construída em seu plano original, eclipsando a presença de outros agrupamentos na poligonal tombada. Assim, ainda que o núcleo derivado do plano de Lucio Costa fosse detectado na poligonal de tombamento, esta contemplava também agrupamentos urbanos não previstos no projeto original e com critérios de preservação pouco claros.

No entanto, vale salientar, tais análises foram empreendidas em momento anterior à publicação da Portaria nº 166 de 2016 que, em parte, solucionou críticas apontadas pelos autores. A normativa de 2016, de fato, representou uma revisão dos critérios de tombamento que praticamente reestruturou o grau de interesse na proteção de áreas. Essa revisão é interpretada por André Castro (2016) e Carlos Reis (2018) como uma exitosa investida do IPHAN em preencher lacunas de normativas anteriores e equilibrar tensões

entre o projeto e a cidade construída. Os autores tratam a normativa de 2016 como um avanço técnico no reconhecimento da complexidade do objeto tombado.

A Figura 3 permite identificar na determinação da Portaria nº 166 de 2016 a divisão da poligonal de Brasília por macroáreas, delimitando regiões. As escalas permanecem, mas a demarcação da área do núcleo derivado do projeto de Lucio Costa constitui uma zona específica de interesse de preservação pela sua representação como essência do plano original – em termos coloquiais, o “avião”, composto pelos eixos monumental e rodoviário com as Asas Norte e Sul.

Figura 3: Conjunto Urbanístico de Brasília com delimitação das Macroáreas de Proteção A e B, em 2016.



Fonte: IPHAN (2018).

As atualizações propostas pela Portaria nº 166 de 2016 foram consideradas “oportunas e bem recebidas pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco” (REIS, 2018, p. 270), especialmente com relação à melhoria da gestão patrimonial resultante de maior definição do objeto de interesse. A portaria mais recente que trata da preservação de Brasília é a de nº 421 de 2018, que promoveu alguns acréscimos e alterações em sua antecessora de 2016.

O Decreto do Governo do Distrito Federal (nº 10.829 de 1987) e as Portarias do IPHAN (nº 04 de 1990, nº 314 de 1992, nº 166 de 2016 e nº 421 de 2018), contudo, não são a única forma de debater a proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília, havendo ainda o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), de iniciativa do Governo do Distrito Federal (GDF). O PPCUB, ao contrário das demais normativas discutidas anteriormente, não é uma legislação, mas um anteprojeto de lei ainda em discussão pública. A preservação de Brasília sob a ótica de formulações do GDF é tema de autores

como Carlos Reis (2018) e Beatriz Couto (2015), com ênfase na estruturação do PPCUB. Os autores entendem que essa iniciativa do GDF se mostrou, de forma geral, insatisfatória, pois se arrastou em um “lento, confuso e conflituoso processo” (REIS, 2018, p. 260).

Em suma, e conforme Reis (2011), houve uma primeira tentativa infrutífera do GDF em 1995 de criar um Plano Diretor da Região Administrativa do Plano Piloto – a RAI –, seguida por outra tentativa em 1999, igualmente sem sucesso. Em meados dos anos 2000, a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (SEGETH) levou adiante um trabalho com vistas à elaboração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. A conflituosa trajetória da elaboração do PPCUB, ainda em estágio de revisão, é marcada por indefinições e entraves.

Castro (2018), contudo, vislumbra um potencial no PPCUB, pois ele pode representar uma possibilidade de gestão compartilhada bem-sucedida do CUB entre o GDF e o IPHAN, desde que acompanhada por uma maior interação entre preservação e planejamento urbano. O autor entende essa potencialidade como um importante passo em direção à concretização de recomendações da Carta de Washington de 1987. O documento aconselha a integração entre preservação e planejamento urbano, pois, segundo Isabelle Cury, tem como um de seus objetivos “a salvaguarda de bairros e cidades históricas [como] parte de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, considerada nos planos de ordenamento e de urbanismo a todos os níveis” (Cury, 2000, p. 181). As expectativas dos autores quanto a um processo de gestão compartilhada são positivas, em especial se considerados os potenciais da proposta.

Além de normas legais para a preservação, outro ponto bastante discutido na bibliografia é a relação entre a área tombada de Brasília e os demais núcleos do Distrito Federal, em uma perspectiva socioeconômica. O Decreto de 1987 – definidor da área tombada – assim como as normativas subsequentes referem-se ao Plano Piloto e seu entorno imediato, contudo, como se sabe, já em 1987 Brasília tinha uma expansão metropolitana que ia muito além desse núcleo original. A partir dessa premissa, parte da crítica na bibliografia aponta o elitismo do Plano Piloto de Brasília e interpreta o tombamento como mais um fator de desagregação, por reforçar o contraste socioeconômico entre a área tombada e os demais núcleos.

Para a geógrafa Marcia Mathieu, os parâmetros definidores do tombamento pareceram considerar a área protegida como uma “entidade autônoma e autossuficiente” (Mathieu, 2019, p. 203), o que, segundo a autora, negligencia os demais núcleos integrantes do território e as relações entre eles e o Plano Piloto. Essa análise sugere que o tombamento do CUB legitima a proteção não apenas de critérios destacados pela UNESCO – a cidade como testemunha histórica do movimento moderno e seu aspecto arquitetural excepcional –, mas também de um modo de vida distanciado das demais realidades do Distrito Federal. Nesse aspecto, o também geógrafo Hervé Théry (2002) aponta que o tombamento reforçou medidas de contenção da área tombada, mas, devido às dinâmicas locais, houve um crescimento desequilibrado em outras localidades urbanas submetidas às pressões oriundas das medidas de preservação. A expansão urbana no DF, assim, não contou com o mesmo nível de infraestrutura da área tombada.

Em análise similar à de Mathieu (2019), a arquiteta Sylvia Ficher (2018) critica a falta de integração entre os núcleos componentes do Distrito Federal, mas, ao contrário da geógrafa, evidencia o caráter simbólico do Plano Piloto. Conforme suas conclusões,

[...] o Plano Piloto não existe no vácuo, ele é parte da metrópole, é dela igualmente dependente e só poderá ter sua carga simbólica preservada caso se fortaleçam e se estreitem os elos entre esse *core* de alto significado urbanístico e arquitetônico e a aglomeração maior. [...] (Ficher, 2019, p. 291)

A necessidade de integrar a área tombada às demais realidades do Distrito Federal é latente nessa perspectiva. Além disso, Ficher reforça Brasília como uma metrópole e assinala que “[q]uanto mais aproximarmos o Plano Piloto dessa outra Brasília, quanto mais elevada a urbanidade dessa outra Brasília, mais garantida estará a sua salvaguarda” (Ficher, 2018, p. 291).

Conforme vimos, parte das discussões sobre a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília concentra-se em eventos fruto do tombamento, seja com base na legislação (Pessôa, 2003; Ribeiro, 2005; Perpétuo, 2015; Couto, 2015; Castro, 2018; Reis, 2018), seja com base nas tensões entre a área protegida e outros núcleos do Distrito Federal (Théry, 2002; Ficher, 2018; Mathieu, 2019). Em diversos pontos, tais análises convergem para a necessidade de estreitar relações entre a preservação e o planejamento urbano.

3 Explorando a preservação de Brasília: uma perspectiva além do Plano Piloto

A literatura aborda uma série de eventos que remontam ao período de construção de Brasília como parte integrante do processo que levou à efetivação da preservação da cidade em 1987. Este texto se propõe a avançar na análise da forma como esses eventos foram tratados na bibliografia, destacando as iniciativas em prol desse objetivo. Conforme será discutido, tais iniciativas evidenciam o peso do dito plano original da cidade na definição do patrimônio de Brasília, apesar das dificuldades na definição do objeto a ser protegido. Essa perspectiva priorizou a patrimonialização do Plano Piloto em 1987, culminando nas normativas previamente abordadas.

O plano-piloto de Lucio Costa (Costa, 1991), vencedor do concurso para a nova capital, certamente representou a principal orientação projetual para as obras de construção da cidade a partir de 1957. Mas, enquanto algumas alterações desse plano original já haviam sido realizadas imediatamente após o resultado do concurso (Carpintero, 1998), outras se sucederam entre 1957 e 1964, registradas em plantas urbanísticas analisadas por Francisco Leitão (2003).

Além das alterações no projeto original de Costa, Brasília experimentou uma expansão precoce por meio da criação de cidades-satélites. Taguatinga, estabelecida em 1958, surgiu a partir da realocação de pessoas das áreas circundantes à zona de construção que se tornaria o Plano Piloto. Posteriormente, em 1971, Ceilândia foi fundada seguindo um processo similar. Essas cidades-satélites abrigam elementos patrimoniais que refletem sua história e identidade: em Taguatinga, a Torre do Relógio foi tombada em 1989 (Distrito Federal, 1989), e a Escola Industrial de Taguatinga (EIT), em 2014 (Distrito Federal, 2014). Em Ceilândia, a Caixa d'Água foi tombada em 2013 (Distrito Federal, 2013), simbolizando a luta da comunidade local por infraestrutura.

Adicionalmente, apesar do grande influxo migratório desencadeado pela construção de Brasília, a região já estava habitada. Antes da instalação da capital, o território que hoje compreende o Distrito Federal abrigava fazendas e algumas cidades do estado de Goiás, como Planaltina. Dessa forma, o patrimônio cultural relacionado aos antecedentes de Brasília é representado por construções centenárias em Planaltina, que foram tombadas em 1982, a Pedra Fundamental (Distrito Federal, 1982c), o Museu Histórico e Artístico (Distrito Federal, 1982a) e a Igreja de São Sebastião (Distrito Federal, 1982b), bem como a Casa da Fazenda Gama (Distrito Federal, 2006), antiga sede de fazenda, localizada atualmente nas dependências do Brasília *Country Club* e tombada em 2006.

Ademais, a partir de 1956, a Novacap, instituição pública encarregada da construção de Brasília, estabeleceu canteiros de obras para apoiar a empreitada, empregando trabalhadores de diversas partes do Brasil. Os acampamentos de obras e núcleos de apoio para a construção da cidade foram originalmente construídos em madeira, destinados a serem temporários até a inauguração da capital. No entanto, alguns permaneceram e tornaram-se Regiões Administrativas, como Candangolândia, Metropolitana, Vila Planalto e Paranoá. A paisagem urbana desses locais passou por grandes transformações, com muitas das estruturas originais substituídas por construções de alvenaria.

Como resultado, o patrimônio cultural associado ao período de construção de Brasília é representado principalmente pelas poucas construções de madeira que resistiram ao tempo. Entre elas estão o Catetinho, tombado em 1959 (IPHAN, 1959), o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira em 1985 (Distrito Federal, 1985), a Igreja São Geraldo do Paranoá em 1993 (Distrito Federal, 1993), o Centro de Ensino Metropolitana em 1995 (Distrito Federal, 1995) e, por fim, a Igreja São José Operário em 1998 (Distrito Federal, 1998). Enquanto o Catetinho foi tombado a pedido de Juscelino Kubitschek antes mesmo da inauguração de Brasília, os demais edifícios representam não apenas a memória da construção da cidade, mas a luta da população pela regularização de anteriores acampamentos de obras (IPHAN, 2016).

Dessa forma, estruturou-se um patrimônio que se estende para além do Plano Piloto, resultando em tombamentos de bens localizados em outras Regiões Administrativas, entre 1959 e 2014. Estes eventos, ocorridos ao longo da construção e desenvolvimento da capital, refletem a complexidade da ocupação do território.

O tombamento do Catetinho, em 1959, é considerado por Adrián Gorelik (2003) como parte da estratégia do governo Kubitschek para criar símbolos que evocassem a grandiosidade da futura capital do Brasil. Pouco antes da inauguração de Brasília, quando a cidade ainda era um vasto canteiro de obras, foi promulgada a Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, mais conhecida como Lei Santiago Dantas (Brasil, 1960), com o intuito de organizar diversos serviços no novo Distrito Federal. Essa legislação é frequentemente mencionada em estudos sobre a preservação de Brasília, como os de Reis (2001), Ramos (2005) e Santos (2009), como o primeiro marco legislativo para proteção da nova capital.

Esses autores fazem referência ao artigo 38 da lei, que estipula que “qualquer modificação no plano-piloto de urbanização de Brasília requer autorização por lei federal” (Brasil, 1960). Essa disposição é interpretada como uma salvaguarda contra intervenções não planejadas na cidade, uma vez que exigiriam aprovação prévia do Parlamento (Reis, 2001, p. 114). No entanto, conforme observado por Perpétuo (2015), a interpretação da

norma vai além disso, pois a Lei Santiago Dantas contribuiu para uma narrativa profundamente associada a Brasília, segundo a qual o Plano Piloto teria sido desde o início visto como merecedor de preservação cultural. Karina Ramos, ao se referir a essa lei, sugere que “a construção e a preservação cultural do Plano Piloto de Costa caminham lado a lado” (Ramos, 2005, p. 45), ecoando a perspectiva de Santos (2009) que identifica uma relação intrínseca entre o Plano Piloto e sua classificação, fundamentada nessa legislação. Esta abordagem sugere que o discurso patrimonial emergiu junto com a própria cidade, e Perpétuo (2015) alerta para os perigos de confundir os termos “plano-piloto” – expresso na Lei Santiago Dantas, referente ao plano diretor da cidade – e “Plano Piloto” – a área delimitada que representa o núcleo emergente do projeto de Costa. A análise de Perpétuo indica que a Lei Santiago Dantas buscava antecipar alterações no projeto em 1960, e não estabelecer uma zona de proteção patrimonial.

A preocupação com o controle do andamento das obras no cenário que antecedeu a inauguração de Brasília conviveu com ataques à própria continuidade da cidade como sede da República. Esse cenário só foi alterado com o governo militar de 1964, que deu continuidade às obras e garantiu a instalação de Brasília como capital. Esse regime de governo, uma ditadura, foi marcado por sofridas e intensas rupturas em muitos e variados aspectos da sociedade brasileira. No entanto, no que diz respeito à construção de Brasília, a bibliografia tende a apontar para uma continuidade, principalmente no que se refere ao desenvolvimento do projeto de Costa como elemento-chave para a consolidação da cidade.

Entre as medidas inaugurais tomadas pelos militares para garantir a continuidade das obras estão a criação de órgãos, como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)⁷ e o Departamento de Transportes e Obras, ambos criados pela Lei nº 4.545 de 1964. Ramos (2005) chama a atenção para o fato de que entre os membros do CAU estavam Costa e Niemeyer como “membros natos”, uma forma de o governo conceder aos autores da cidade o “privilegio de poder fiscalizar a execução das obras de Brasília” (Ramos, 2005, p. 48).

A ascensão dos militares ao poder foi precedida por um evento crucial no discurso de preservação de Brasília: o pedido de seu tombamento feito por Juscelino Kubitschek, ainda em 1960. Embora a ameaça à consolidação de Brasília como capital tenha se tornado mais evidente a partir de 1961, Kubitschek antecipou possíveis desafios à continuidade das obras após seu mandato, conforme análise de Reis (2001). O presidente recorreu ao IPHAN para garantir a perpetuação de Brasília, escrevendo, em junho de 1960, um bilhete pessoal ao então presidente do órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade, solicitando o tombamento da cidade como patrimônio histórico.

O bilhete de Juscelino Kubitschek a Rodrigo Andrade, assim como a Lei Santiago Dantas, é frequentemente citado como um marco inicial da narrativa patrimonial de Brasília, como observado na pesquisa de Janaína Peres e Luiz Fernando Bessa (2016), que incluem o evento como parte da narrativa que teria conduzido ao tombamento do CUB em 1987. Thiago Perpétuo, por outro lado, debate como esse documento deu origem a outra interpretação comum sobre a nova capital, sugerindo que a cidade estaria “ameaçada de

⁷ Vale lembrar que o CAU criado pelos militares não corresponde ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo atual, também CAU, mas derivado de outra formulação institucional.

descaracterização ou incompletude” (Perpétuo, 2015, p. 129). A preocupação de Kubitschek com essa possibilidade é evidenciada na passagem da nota em que ele menciona que a preservação patrimonial de Brasília seria “uma barreira às arremetidas demolidoras que já se anunciam vigorosas” (Kubitschek, 1960).

Os militares, conforme já destacamos, acabaram por dar continuidade às obras de Brasília. No entanto, o discurso de ameaça da descaracterização se tornou recorrente nos anos subsequentes, civis ou militares (Perpétuo, 2015). Esse discurso foi reforçado na década de 1970, a exemplo de debates empreendidos no I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, em 1974 e mais tarde, na perspectiva da inscrição na UNESCO, que avançou na década de 1980.

Durante o Seminário de 1974, um dos principais temas em discussão foi a necessidade de preservar o dito projeto original da capital, que era visto como incompleto e ameaçado pela especulação imobiliária. Na época, os empresários do ramo imobiliário

[...] compareceriam como um fator de ameaça ao “plano”, por motivação que seria, na análise mais elementar da lógica capitalista, de fácil compreensão: sua atividade, ao visar o lucro, não estaria motivada por razões de ordem simbólica, histórica ou mesmo conceitual e, portanto, o respeito ao projeto de Lucio Costa para Brasília se tornaria, de todo, irrelevante. (Perpétuo, 2015, p. 106)

No contexto em que Brasília estaria ameaçada pela especulação imobiliária, coube a Lucio Costa, um dos principais oradores do Seminário, defender a permanência de algumas características consideradas por ele originais para a conclusão da cidade, como

[...] a manutenção do gabarito de seis pavimentos nos blocos residenciais das superquadras, sem permitir acréscimo de áreas para novas projeções, a insistência do plantio da cortina de arborização em volta de cada superquadra, e a manutenção dos pilotis das edificações livres. [...] (Perpétuo, 2015, p. 105)

De modo semelhante, e já a partir de meados dos anos 1980, a perspectiva do tombamento foi colocada pelo então governador José Aparecido de Oliveira como um tópico fundamental na luta contra a descaracterização da cidade pela especulação imobiliária, conforme aponta Osvaldo Peralva (1988). O autor, em seu livro de 1988, recupera parte de um pronunciamento de José Aparecido de Oliveira na ocasião das tratativas para o reconhecimento mundial pela UNESCO em 1987, em que o então governador afirma que “como testemunho da criatividade de nosso tempo, Brasília tem de manter a força plástica de sua face original e defender-se da especulação imobiliária” (1988, p. 40).

Além disso, o processo de urbanização de Brasília, através da inauguração de núcleos-satélites distantes, é compreendido por Jusselma Brito (2009) e Aldo Paviani (2010) como uma estratégia para proteger o Plano Piloto. Entretanto, esses autores não associam necessariamente essa proteção a uma abordagem preservacionista. O modelo de expansão urbana que caracterizou as décadas de 1960 e 1970 evidencia um conflito entre o Plano Piloto e outras formas de urbanização no Distrito Federal, com o intuito de controlar os limites do núcleo central e, assim, preservá-lo.

Nesse contexto, foram estabelecidos núcleos urbanos distantes do Plano Piloto para acomodar populações de baixa renda, conforme já destacamos. Paralelamente, e como também já citamos, alguns anteriores acampamentos de obras localizados nos arredores

do Plano Piloto resistiram ao desmonte. Isso ilustra como a cidade se desenvolveu de maneira complexa, ao mesmo tempo em que haviam esforços para proteger e resguardar o Plano Piloto.

4 Brasília como Patrimônio Mundial e os tombamentos além do Plano Piloto: paralelismos e complementaridades

Os anos 1980 representam o período mais emblemático na trajetória da preservação de Brasília, pois foram testemunha dos trâmites que levaram à candidatura da cidade a Patrimônio Mundial pela UNESCO. A preservação de Brasília por escalas urbanas, como já mencionado, levou à elaboração de legislação para sua proteção em 1987. No entanto, esse processo foi precedido de estudos realizados pelo Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, conhecido como GT-Brasília, com o objetivo de definir tanto o objeto a ser preservado quanto os critérios de preservação a serem adotados em uma vasta área.

O GT-Brasília foi estabelecido pelo Decreto nº 5.819 em fevereiro de 1981, por meio de um convênio entre o SPHAN/Pró-Memória, a Universidade de Brasília e a Secretaria de Cultura do Distrito Federal. Ativo por quase uma década, o grupo encerrou suas atividades em 1988, contando com diferentes membros ao longo de sua existência. Embora a legislação de proteção da cidade não tenha sido um reflexo direto de seus estudos, o GT-Brasília é frequentemente discutido na literatura como responsável por inovações na abordagem da preservação de Brasília. Sua importância reside no seu pioneirismo, ao conceber o patrimônio de Brasília como algo mais abrangente do que apenas o núcleo modernista da cidade. Ribeiro (2005) destaca que, de acordo com o Grupo, Brasília compreendia todo o Distrito Federal, não se limitando apenas ao Plano Piloto. As investigações dessa iniciativa incluíam

[...] os primórdios das razões da mudança da capital, os artefatos produzidos pelos moradores que aqui ocupavam o espaço rural, a paisagem existente e modificada, a evolução de ocupação deste espaço desde as manifestações vernáculas de Brazlândia e Planaltina, a criação de cidades-satélites, os acampamentos de obras até a implantação e desenvolvimento do projeto modernista de Lucio Costa. (Ribeiro, 2005, p. 79)

O GT-Brasília foi encarregado de preparar o dossiê de candidatura à UNESCO. Esse documento, apresentado em 1986, previa um amplo repertório de manifestações culturais e naturais do Distrito Federal a serem preservadas. Além do Plano Piloto, o GT recomendava a proteção de antigas fazendas e núcleos urbanos nativos do estado de Goiás, além de anteriores acampamentos de obras e a paisagem natural do Distrito Federal. No entanto, a legislação de proteção do CUB, através do decreto nº 10.829, priorizou o Plano Piloto como objeto de interesse, resultando nas normas de proteção já discutidas neste texto.

A atuação do GT em parceria com o órgão de patrimônio local, à época o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DePHA), vinculado à Secretaria de Cultura do Distrito Federal, é por vezes vista na literatura como impulsionadora de tombamentos de edificações localizadas fora do escopo do Plano Piloto e que possuíam características valorizadas pelo Grupo. Essa percepção aparece na pesquisa de Ramos (2005), que afirma que os tombamentos realizados pelo DePHA, desde as edificações centenárias de Planaltina, em 1982, até as edificações de madeira associadas à

construção de Brasília, a última em 1998, “teriam sido ações motivadas por estudos do GT” (Ramos, 2005, p. 75). De fato, o Grupo recomendou a preservação de várias referências distintas no Distrito Federal, mas é importante considerar também iniciativas que ocorriam de forma paralela e eram independentes do GT-Brasília, como aquelas dentro do próprio DePHA.

Em 1978, quando o arquivista Walter Mello assumiu a direção do órgão, então denominado Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, um passo significativo foi dado em direção ao entendimento do que poderia ser considerado patrimônio cultural de Brasília. Mello, interessado principalmente nos vestígios em madeira do período da construção da cidade, concebeu um projeto denominado Raízes Históricas, visando a proteção dessas estruturas. Conforme relatado na reportagem de 1980 do jornal *Correio Braziliense*, intitulada “E a memória de Brasília? Monumentos históricos jazem sob o efeito implacável do tempo” (ARAÚJO, 1980), o projeto tinha como objetivo o tombamento e a restauração de várias construções em madeira, como igrejas e escolas. Conforme depoimento de Walter Mello para a reportagem,

[...] há uma preocupação da Secretaria de Educação em preservar os pontos históricos de Brasília. Por isso, a recuperação da igreja da Metropolitana, da Escola Julia Kubitschek e de núcleos pioneiros está dentro do plano de comemoração dos vinte anos de Brasília. (Araújo, 1980, p. 3)

Além de construções em madeira, o projeto da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal previa a preservação do núcleo histórico de Planaltina e da Cachoeira Saia Velha, por exemplo (ARAÚJO, 1980). A proposta de registrar tanto as origens do território do Distrito Federal quanto os primórdios da construção de Brasília é evidente, e nota-se o desenvolvimento de um discurso patrimonial que mais tarde se alinharia aos objetivos do GT-Brasília. Ademais, e precedendo o trabalho do GT, o DePHA tombou em 1982 os três bens em Planaltina: o Museu Histórico e Artístico, a Igreja de São Sebastião e a Pedra Fundamental.

A atuação do DePHA nos anos 1980 muitas vezes se confunde com a do GT-Brasília devido às ações desenvolvidas em conjunto no período. Reis (2001) destaca como resultado mais emblemático dessa parceria os tombamentos originados de reivindicações populares, particularmente relacionados aos operários da construção da cidade, como o do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO em 1985 (Distrito Federal, 1985) e o da Vila Planalto em 1988 (Distrito Federal, 1988). Posteriormente, após o reconhecimento de Brasília como Patrimônio Mundial, em 1987, a década de 1990 foi marcada pela patrimonialização de edifícios de madeira em Brasília, provenientes de anteriores acampamentos de obras: a Igreja de São Geraldo, no Paranoá, em 1993, o Centro Educacional Metropolitano, em 1995 e a Igreja de São José Operário, em 1998.

Embora a área de proteção patrimonial de Brasília tenha se limitado ao Plano Piloto e seu entorno imediato, é evidente que, tanto durante o processo de definição da zona de preservação quanto após o reconhecimento mundial, houve iniciativas e definições que ampliaram as possibilidades de reconhecimento patrimonial. Foram tombadas edificações em madeira representativas dos trabalhadores de Brasília, bem como construções centenárias de um período anterior à criação da capital.

O modo como foi construído o discurso sobre esse patrimônio não monumental representou um esforço, por parte do DePHA, de inserir esses bens como parte

fundamental da história da consolidação de Brasília e sua monumentalidade moderna. Dentre as justificativas para os tombamentos dos bens em Planaltina, por exemplo, destaca-se a ideia de que o local teria servido de apoio para as comissões que, ao longo dos anos, se deslocaram para a área em busca da transferência da capital. Conforme a documentação relativa a esse patrimônio, elaborada pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal em 1982,

Esta casa, que sempre teve suas portas abertas às caravanas e comissões que se dirigiam ao planalto buscando a concretização da mudança da capital, continuará com sua missão social, atendendo aos interesses da comunidade e contribuindo para o enriquecimento do processo educativo, razão principal de um museu. (Distrito Federal, 1982 *apud* Barbosa, 2021, p. 160-161)

O documento resgata a função da casa no passado – relativa ao acolhimento das comissões – e estabelece um sentido de continuidade na contemporaneidade, pois o museu “continuará com sua missão social”. A partir disso, o documento constrói uma narrativa pautada na ideia de que, embora a vocação de Planaltina enquanto local de passagem e acolhimento de caravanas não exista mais, o museu continuará contribuindo “para o enriquecimento do processo educativo”, o que reforça a sua importância no presente.

Quanto às construções em madeira oriundas dos anteriores acampamentos de obras, percebe-se que uma motivação fundamental para seu tombamento reside na valorização do trabalhador da construção de Brasília como um “herói anônimo”, encarnando conceitos como esperança e sacrifício, em consonância com o discurso oficial sobre a cidade. Nesse contexto, esses edifícios representariam uma memória viva do processo de consolidação da nova capital. Essa perspectiva fica evidente no discurso que cercou o tombamento do HJKO, de 1985, como atestado pela Ação Popular que deu início ao processo, assinada por Nilton Rosa, líder comunitário e morador do antigo conjunto hospitalar, então em ruínas:

Neste Hospital JK nasceram os primeiros brasilienses e morreram os primeiros candangos, cujo sangue foi dado em holocausto àquela geração emergente de uma nova era. Além disso, foi ali que os candangos feridos em acidentes no trabalho receberam socorros e puderam tornar aos andaimes da construção, animados por um sonho lépido, às vezes, transformado em choro fúnebre, como disse o poeta. (Distrito Federal, 1985 *apud* Barbosa, 2021, p. 191)

De modo similar, a imagem do pioneiro de Brasília é recuperada para justificar o tombamento das construções em madeira remanescentes de anteriores acampamentos de obras. A isso soma-se a ideia de que tais espaços seriam parte fundamental da memória da construção da cidade, como é o caso de um Parecer do DePHA que atestaria a importância histórica do Centro de Ensino Metropolitana:

[...] a comunidade da Metropolitana reconhece na Escola além do seu valor histórico e social, o valor sentimental, constituindo-se num importante referencial para a memória de seus moradores e devendo, portanto, ser preservada e valorizada como a primeira escola construída naquele núcleo pioneiro à época da construção de Brasília. (Distrito Federal, 1995 *apud* Barbosa, 2021, p. 260)

Por sua vez, as justificativas para o tombamento dos prédios em Taguatinga e em Ceilândia baseiam-se nas desigualdades sociais de Brasília, alegando-se como uma população de

trabalhadores transferidos para esses locais, apesar das dificuldades iniciais, teria conseguido conquistar um lugar na nova capital (Barbosa, 2021). De acordo com o documento que reivindica à Secretaria de Cultura do DF o tombamento da Escola Industrial de Taguatinga (EIT), o local, quando fundado, em 1958, tinha como objetivo formar novos trabalhadores para Brasília, mas

Taguatinga não ficou restrita a interesses burgueses. Nossa história tem lutas, e uma das vitórias da cidade foi transformar essas duas oficinas [artes gráficas e marcenaria] em Teatro e Biblioteca [...]. Queremos também pesquisar, registrar e expor a história das lutas da cidade. Para que todos saibam quem são os operários que construíram Brasília e saibam também que, ao mesmo tempo em que trabalhamos para os ricos, fizemos outra cidade para viver com nossas famílias. (Distrito Federal, 2014 *apud* Barbosa, 2021, p. 299)

O documento indica que o papel do operário de Brasília deveria ser valorizado também pelas suas próprias conquistas em núcleos-satélites, e não apenas pela construção da obra monumental. A narrativa de que os operários teriam transformado a escola para atender aos seus interesses convive com outra, a de que a EIT teria sido fundamental para formar artífices da obra monumental da construção de Brasília, pois “[c]om o seu tombamento, queremos registrar que, além de Juscelino, Niemeyer e Lucio Costa, trabalharam na construção de Brasília Raimundos, Josés, Antônio, muitos deles consumidos em canteiros de obras” (Distrito Federal, 2014 *apud* Barbosa, 2021, p. 300-301). A ideia do sacrifício da classe operária está presente, sugerindo como os trabalhadores, apesar das provações e dificuldades, teriam construído a nova capital ao mesmo tempo em que teriam conquistado um lugar para viver com seus iguais.

O patrimônio situado além dos limites do Plano Piloto apresenta origens e características singulares. No entanto, como evidenciado na análise de Barbosa (2021), um tema recorrente nas justificativas para o tombamento é o esforço em integrar esses bens à narrativa idealizada de Brasília. Isso se reflete tanto na valorização dos antecedentes de Brasília, com destaque para o papel dos bens tombados em Planaltina no apoio aos projetos de transferência da capital, quanto na reconstrução da figura idealizada dos operários da construção da cidade. Argumenta-se que tanto as edificações remanescentes de acampamentos de obras quanto aquelas localizadas em Taguatinga e em Ceilândia representariam a memória e a história do sacrifício e da esperança desses operários.

5 Considerações finais

Brasília foi reconhecida como patrimônio mundial pela UNESCO em 1987. Conforme a discussão buscou demonstrar, a noção de que a preservação de Brasília deveria priorizar o Plano Piloto é latente em diversas iniciativas, desde a construção da cidade até o seu tombamento. Como vimos, alguns dos debates na literatura consideraram a relação entre o projeto original e a cidade construída, seja com relação aos critérios de proteção, à dinâmica entre centro e periferia, ou levando em conta a perspectiva historiográfica da definição desse patrimônio.

Um ponto chave para justificar a proteção da cidade foi o discurso de ameaça de sua descaracterização, em um contexto em que a própria ocupação urbana do Distrito Federal era mais complexa e intensa do que a proposta idealizada representada pelo projeto de Lucio Costa. Desde a presença de uma ocupação urbana e rural anterior no território até

a inauguração de novas cidades satélites, passando pela resistência de moradores de anteriores acampamentos de obras em deixar o local, Brasília foi se moldando de modo a agrupar uma série de referências históricas e culturais.

Por fim, embora o projeto original de Lucio Costa para Brasília tenha acabado por nortear os processos decisórios de preservação da capital na proposta submetida à UNESCO, houve também espaço para o reconhecimento local, por parte da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, de um patrimônio relativo à participação de trabalhadores ou da memória de cidades goianas na consolidação da capital. Esses tombamentos, apesar de se referirem a espaços não-monumentais, foram fortemente justificados pela sua contribuição para a consolidação de Brasília, uma capital reconhecida pela sua modernidade e monumentalidade.

Referências

ARAÚJO, Carlos. E a memória de Brasília?: monumentos históricos jazem sob o efeito implacável do tempo. **Correio Braziliense**. Brasília, edição 6.246, Caderno Fim de semana, p. 3, 16 mar. 1980.

BARBOSA, Daniela Pereira. **O patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: uma análise de dossiês de tombamento, 1959-2014**. 2021. 352 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/42001>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 3.751, de 13 de abril 1960**. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992**. [Sem ementa.]

_____. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016**. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

_____. **Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018**. Altera a Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016, que estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências.

BRITO, Jusselma Duarte de. **De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília**. 2009. 346 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/3970>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CARPINTERO, Antonio. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CASTRO, André Luiz de Souza. Notas sobre as inovações da Portaria nº 166/2016 para a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. *In*: RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago (org.). **Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais**. Brasília-DF: IPHAN, 2016. p. 136-155.

- COSTA, Lucio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. [1957]. In: GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Relatório do Plano Piloto de Brasília. [Brasília, cidade que inventei]. Brasília: GDF, 1991. p. 18-34.
- COUTO, Beatriz Coroa do. **O processo de elaboração do plano de preservação do conjunto urbanístico de Brasília**: uma representação conceitual da política de preservação urbana no DF. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/20596>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 6.939 de 19 de agosto de 1982**. Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Distrito Federal e respectivo mobiliário histórico. 1982a.
- _____. **Decreto nº 6.940 de 19 de agosto de 1982**. Dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja de São Sebastião – Planaltina, Distrito Federal. 1982b.
- _____. **Decreto nº 7.010 de 7 de setembro de 1982**. Dispõe sobre o tombamento provisório da Pedra Fundamental do Distrito Federal e seu entorno. 1982c.
- _____. **Decreto nº 9.036 de 13 de novembro de 1985**. Dispõe sobre o tombamento do conjunto do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO e dá outras providências. 1985.
- _____. **Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987**. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.
- _____. **Decreto nº 11.079, de 21 de abril de 1988**. Dispõe sobre o tombamento do conjunto da Vila Planalto e dá outras providências. 1988.
- _____. **Decreto nº 11.823 de 18 de setembro de 1989**. Dispõe sobre o Tombamento do Relógio da Praça Central de Taguatinga, e dá outras providências. 1989.
- _____. **Decreto nº 15.156 de 27 de outubro de 1993**. Dispõe sobre o tombamento da Igreja São Geraldo, e dá outras providências. 1993.
- _____. **Decreto nº 16.744, de 12 de setembro de 1995**. Dispõe sobre o tombamento do Centro de Ensino de 1º Grau Metropolitana, antiga Escola Classe Metropolitana, e dá outras providências. 1995.
- _____. **Decreto nº 19.960, de 29 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre o tombamento da Igreja São José Operário, e dá outras providências. 1998.
- _____. **Decreto nº 26.660, de 21 de março de 2006**. Dispõe sobre o tombamento da Casa da Fazenda Gama e dá outras providências. 2006.
- _____. **Decreto nº 34.845, de 18 de novembro de 2013**. Dispõe sobre o tombamento do Reservatório Elevado de Ceilândia, conhecido como Caixa D'Água da Ceilândia, e dá outras providências. 2013.

_____. **Decreto nº 35.483, de 30 de maio de 2014.** Dispõe sobre o tombamento do Centro de Ensino Médio EIT/CEMEIT e do Centro Cultural Teatro da Praça, e dá outras providências. 2014.

FICHER, Sylvia. Brasília: legislação patrimonial e gestão urbana. **Thésis**, v. 5, p. 275-294, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.51924/revthesis.2018.v2.212>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GORELIK, Adrián. Brasília, o museu da vanguarda, 1950 e 1960. **Margens/ Márgenes: Revista de Cultura**, Belo Horizonte, n. 4, p. 50-59, 2003. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/margens_margenes/article/view/10812. Acesso em: 22 jul. 2024.

IPHAN, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo de Tombamento nº 0594-T-59.** Edifício conhecido como RP-1 ou “Catetinho”, no município de Brasília, Distrito Federal. Rio de Janeiro: IPHAN, 1959; DePHA, 1991.

_____. **Plano Piloto 50 anos:** cartilha de preservação – Brasília. Brasília, DF: IPHAN; 15ª Superintendência Regional, 2007.

_____. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. **Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal.** [Organização de Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro; elaboração do texto de José Mauro de Barros Gabriel]. Brasília: IPHAN, 2016.

_____. **Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018.** Altera a Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016, que estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências, 2018.

KUBITSCHKE, Juscelino. **[Correspondência]**. Destinatário: Rodrigo Mello Franco de Andrade. Brasília, 15 jun. 1960. [“Rodrigo, a única defesa para Brasília...”]. Acervo Lucio Costa. Instituto Antonio Carlos Jobim.

LEITÃO, Francisco Chagas. **Do risco à cidade:** as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-1964. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/47354>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MATHIEU, Marcia Regina. Brasília, é uma cidade só?: o impacto das medidas preservacionistas do Plano Piloto na expansão dos espaços urbanos da Área Metropolitana de Brasília. *In*: VASCONCELOS, Ana Maria Nogales *et al.* (org.). **Território e sociedade:** as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Institut de Recherche pour le Développement (IRD), 2019. p. 197-209.

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. *In*: PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, ideologia e realidade:** espaço urbano em questão. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 83-116. (Coleção Brasília).

PERES, Janaina Lopes Pereira; BESSA, Luiz Fernando Macedo. Brasília, capital-patrimônio: sinergia para o desenvolvimento. **GeoGraphos**, Alicante, v. 7, n. 87 (18), p. 1-17, 2 jun. 2016. Disponível em: <https://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/pydes-18-pereira-2-2.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

- PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização**: modos de narrar, ler e preservar Brasília. 2015. 273 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_PERPETUO_Thiago_Pereira.pdf. Acesso em: 17 jul. 2024.
- PERALVA, Osvaldo. **Brasília, patrimônio da humanidade**: um relatório. Brasília: Ministério da Cultura; Coordenadoria de Comunicação Social, 1988.
- PESSÔA, José Simões. Brasília e o tombamento de uma ideia. *In*: **5º Seminário Docomomo/Brasil – Arquitetura e Urbanismo Modernos: projeto e preservação**. São Carlos/SP, 2003.
- RAMOS, Karina Felix. **A preservação de Brasília**: reflexos da formação do conceito de patrimônio cultural. 2005. 225 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/2068>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- REIS, Carlos Madson. **Brasília**: espaço, patrimônio e gestão urbana. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2001. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/2051>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- _____. **Gestão de Centros Históricos no Brasil**: as cidades patrimônio mundial, os casos de Brasília e São Luís. 2011. 233 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/9432>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- _____. Conjunto Urbanístico de Brasília: preservação *à la carte*. **Thésis**, v. 5, p. 254-274, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.51924/revthesis.2018.v2.211>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília**: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2005.
- SANTOS, Marcos Antonio dos. Brasília e o Tombamento: Patrimônio e Especulação na Cidade Modernista. *In*: **8º Seminário Nacional – DOCOMOMO – Brasil**, 2009, Rio de Janeiro. 8º Seminário Nacional – DOCOMOMO – Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN – Rio de Janeiro, 2009.
- THÉRY, Hervé. L'évolution du «modèle» de Brasília: vers une métropole banale?. **Cahiers des Amériques Latines**, n. 41, p. 123-136, 2002. Disponível em: http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/Cal_041.pdf. Acesso em: 18 jul. 2024.
- UNESCO, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Brasília**. [S.l.]: Unesco, [1987?]. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/445/>. Acesso em: 19 abr. 2024.